

EDITAL

ABERTURA DOS CONCURSOS DE INGRESSO NO TERCEIRO CICLO DE ESTUDOS

ANO LETIVO 2026-2027

- DOUTORAMENTOS (LECIONADOS EM INGLÊS) –

1. Calendarização

	1ª Fase		2ª Fase*		3ª Fase*	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Apresentação das candidaturas	07/01/2026	25/02/2026	06/05/2026	14/05/2026	04/08/2026	10/08/2026
Afixação de resultados provisórios	-	16/03/2026	-	02/06/2026		07/09/2026
Audiência prévia	17/03/2026	30/03/2026	03/06/2026	18/06/2026	08/09/2026	21/09/2026
Afixação de resultados definitivos	-	07/04/2026	-	29/06/2026		24/09/2026
Apresentação de reclamações	08/04/2026	28/04/2026	30/06/2026	20/07/2026	25/09/2026	16/10/2026
Publicação da decisão de reclamações	-	05/05/2026	-	23/07/2026		20/10/2026
Realização de matrículas	08/04/2026	15/04/2026	02/07/2026	13/07/2026	25/09/2026	30/09/2026
Eventual colocação de suplentes	16/04/2026	29/04/2026	14/07/2026	27/07/2026	01/10/2026	08/10/2026
Publicação de vagas sobranes	-	05/05/2026	-	29/07/2026	n/a	

*A disponibilizar somente se houver vagas sobranes da fase anterior

2. Forma de submissão da candidatura

A candidatura é submetida exclusivamente *online*, no website da FEP.

3. Condições de acesso

Podem candidatar-se a um 3.º ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor:

- Os titulares do grau de mestre ou equivalente legal;
- Os titulares de grau de licenciado, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido pela Comissão Científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos;
- Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido pela Comissão Científica como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

4. Documentação

4.1. No ato de submissão de candidatura devem ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Documento de identificação (obrigatório)
 - i. No caso de candidatos de nacionalidade portuguesa: Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
 - ii. Candidatos de nacionalidade de país do Espaço Económico Europeu: Documento de identificação nacional ou passaporte;
 - iii. No caso de candidatos de nacionalidade não pertencente à União Europeia: Passaporte ou autorização de residência em Portugal.

Nota: Se não desejar inserir cópia do documento de identificação deverá dirigir-se, presencialmente, aos Serviços Académicos da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, dentro do prazo fixado para as candidaturas, munido do original do documento.

- b) Original da Certidão de conclusão de licenciatura ou do Diploma (obrigatório) onde conste a classificação final;
- c) Original do Certificado de grau de mestre (obrigatório, quando se aplique), onde conste a classificação final.
- d) No caso de candidatos com habilitações estrangeiras, além do(s) documento(s) atrás indicado(s), o candidato deverá submeter o original de uma declaração oficial, emitida pela Instituição de Ensino Superior onde concluiu o grau académico, da qual conste a classificação final desse grau académico, bem como a respetiva escala utilizada. Caso esta declaração não seja apresentada, será considerada a classificação mínima de aprovação na escala portuguesa (10 valores). O mesmo se aplica a outros quaisquer certificados de habilitações ou diplomas submetidos na candidatura. Não serão considerados “coeficientes de rendimento” constantes de quaisquer documentos e/ou quaisquer outros índices de avaliação;
- e) Os candidatos detentores de mestrado integrado deverão apresentar o original da certidão de conclusão da licenciatura (1.º ciclo de estudos). Nos casos em que apresente somente o original da certidão de conclusão do mestrado integrado e a classificação final da licenciatura se revele essencial para a seriação dos candidatos, poderá ser atribuída a classificação mínima de aprovação na escala portuguesa (10 valores) na licenciatura.
- f) Originais de Certificados de outras formações relevantes para o concurso.
- g) Curriculum Vitae (obrigatório).
- h) Resultados do GRE/GMAT/TOEFL/IELTS/FCE/CAE/TOEIC.
- i) Os candidatos ao Doutoramento em Gestão deverão submeter carta de motivação, e sob compromisso de honra, a intenção de se dedicar, em exclusivo, ao Programa de Doutoramento.

Notas:

1. Os estudantes e os diplomados da FEP ou de outras Faculdades integradas na Universidade do Porto estão dispensados da apresentação dos documentos indicados nas alíneas b), c) e e) do ponto 4.1. quando estiverem em causa formações obtidas na Universidade do Porto, podendo, para o efeito, em alternativa aos

certificados, criar um pdf com o percurso académico do SIGARRA, devidamente identificado e onde conste a data da sua criação, e efetuar o seu upload na candidatura.

2. Para os restantes candidatos só serão considerados originais das certidões emitidas pela Instituição de Ensino Superior onde frequentou/concluiu o grau académico. Caso seja apresentada certidão digital para verificação/validação online, o candidato deve submeter os dados necessários para que os Serviços possam proceder a essa verificação/validação.
3. Não serão consideradas certidões com verificação/validação por QR Code.
4. Não serão aceites certificados que indiquem finalidades específicas (por exemplos: para efeitos da ADSE, IRS, bolsas de estudos, etc.).
5. Não serão aceites suplementos ao Diploma, por si só, que não venham acompanhados do respetivo certificado de conclusão ou diploma.
6. Os diplomas/certificados/documentos que não estejam redigidos em português, inglês, francês ou espanhol devem, obrigatoriamente, ser acompanhados de tradução oficial para Português ou para Inglês.
7. A falta de apresentação dos documentos nos termos indicados, ou de dados obrigatórios, ou a apresentação de documentos ilegíveis, implica o indeferimento liminar da candidatura.

5. Regras adicionais

5.1. Regras para candidatos que sejam admitidos à matrícula/inscrição, titulares de documentos estrangeiros

- 5.1.1. Só será permitida a matrícula/inscrição após o envio até às 16 h (hora local de receção) do último dia útil previsto para a “Realização de matrículas” da respetiva fase em que foi admitido, para sa_dout@fep.up.pt, da digitalização dos originais dos documentos legalizados nos seguintes termos:
 - a) Originais de todos os diplomas/certificados estrangeiros com que se apresentaram a concurso, devidamente legalizados pelo agente consular português no País de origem do diploma/certificado **ou** legalizados pela Apostila de Haia.
 - b) Os diplomas/certificados estrangeiros que não estejam redigidos em Português, em Inglês, em Francês ou em Espanhol devem ser traduzidos para Português ou para Inglês, e a tradução deverá estar legalizada pelo agente consular português no País de origem do diploma/certificado ou legalizada pela Apostila de Haia, **sendo esta situação cumulativa com a anterior.**
- 5.1.2. Os Serviços Académicos poderão exigir a apresentação dos **originais dos documentos, e da tradução dos mesmos, autenticados nos termos do ponto 5.1.1.**
- 5.1.3. A matrícula/inscrição que não tenha sido precedida do envio dos documentos nos termos do ponto 5.1.1, e/ou a **não apresentação** dos originais no prazo indicado pelos Serviços Académicos, certificados nos termos do ponto 5.1.2., **implica a anulação da matrícula** não isentando, no entanto, do pagamento das propinas devidas até à data da anulação.

6. Emolumentos

Pela apresentação da candidatura é devido o pagamento da taxa de candidatura no valor de €55. A apresentação de candidaturas a vários cursos implica o pagamento de uma quantia igual a $n \times €55$ onde n é o número de cursos a que se candidata.

6.1. Pagamento da taxa de candidatura:

Pagamento exclusivamente por meios integrados no módulo de candidaturas online.

Notas:

- a) As candidaturas deverão ser pagas no dia em que são submetidas ou, excecionalmente, até final do prazo para a sua submissão, da fase em que estão a apresentar candidatura.
- b) Candidaturas não pagas até à data limite da fase em que estão a apresentar candidatura serão liminarmente rejeitadas.
- c) A taxa de candidatura não é reembolsável a qualquer título.

7. Modo de notificação dos candidatos, de apresentação de audiência prévia e de reclamação

7.1. Notificação dos candidatos

A notificação relativa aos resultados provisórios e definitivos será efetuada por divulgação no website da FEP. A decisão referente à audiência prévia e à reclamação será enviada para o endereço eletrónico que o candidato indicou no formulário de candidatura, considerando-se o candidato, desta forma, notificado.

7.2. Audiência prévia

Os candidatos que pretendam pronunciar-se relativamente aos resultados provisórios (caso detetem eventuais **erros nas grelhas de avaliação** ou discordem **fundamentadamente** de alguma pontuação atribuída face aos critérios de seriação definidos em Edital) devem enviar mensagem com a sua fundamentação, exclusivamente por correio eletrónico, para sa_dout@fep.up.pt, numa mensagem com o título “Audiência prévia”, até às 12 horas (hora local de receção) do último dia previsto para Audiência Prévia da fase em que se candidatou.

7.3. Apresentação de reclamações

As reclamações devem ser enviadas exclusivamente por correio eletrónico para sa_dout@fep.up.pt, numa mensagem com o título “Reclamação”, até às 12 horas (hora local de receção) do último dia previsto para Reclamações da fase em que se candidatou.

8. Outras disposições

- Caso surja algum problema técnico relacionado com o formulário de candidatura online, o candidato deverá contactar sifep@fep.up.pt (SIFEP – Serviço de Informática da FEP) até às 12h30m (hora de receção local) até ao penúltimo dia útil anterior ao término do período para “Apresentação das candidaturas” da fase em que se pretender candidatar.
- Qualquer informação sobre o processo de candidaturas deverá ser solicitada através do e-mail sa_dout@fep.up.pt até às 14:00h (hora local de receção) até ao penúltimo dia útil anterior ao término do período para “Apresentação das candidaturas” da fase em que se pretender candidatar, utilizando o endereço eletrónico que o candidato indicou no formulário de candidatura.
- Todas as convocatórias e comunicações serão efetuadas por correio eletrónico, enviadas para o endereço eletrónico identificado pelo candidato no boletim de candidatura, mas os candidatos consideram-se notificados pela afixação dos editais no site da FEP, nos prazos indicados no presente Edital.
- Serão excluídos do processo de candidatura em qualquer momento do mesmo, não podendo matricular-se e/ou inscrever-se nesse ano letivo, os candidatos que prestem falsas declarações.
- Até às 12:00h (hora local de receção) do penúltimo dia útil anterior ao término do período para “Apresentação das candidaturas”, o candidato poderá solicitar (por email enviado para sa_dout@fep.up.pt) a devolução da candidatura para aperfeiçoamento, utilizando o endereço eletrónico que o candidato indicou no formulário de candidatura. Após este período não serão aceites pedidos de adição, correção ou substituição de documentos submetidos na candidatura.
- A leitura do presente Edital não substitui a leitura da restante legislação em vigor.
- Após divulgação dos resultados definitivos, os candidatos “não colocados” são considerados suplentes, pelo que poderão vir a ser chamados à matrícula (caso se libertem vagas). Neste caso, será enviada notificação para o endereço eletrónico indicado no respetivo formulário de candidatura, tendo o candidato 2 dias úteis para confirmar a aceitação da vaga. Findo este prazo, na ausência de resposta, será considerado que não pretende a vaga e será notificado o suplente seguinte.

9. Número de vagas por ciclo de estudos

Doutoramentos (lecionados em inglês)	1.ª fase	2.ª fase	3.ª fase
Doutoramento em Economia	15	Sobrantes da 1.ª fase	Sobrantes da 2.ª fase
Doutoramento em Gestão	20	Sobrantes da 1.ª fase	Sobrantes da 2.ª fase

10. Propinas

Estatuto do Estudante*	Propina Anual (€)**
Estudante português ou de um país da União Europeia	3.500
Estudantes de um país da CPLP	4.000
Estudante internacional	7.000

* Ver ponto 12

** Valores sujeitos a confirmação

Nota:

A propina de cada ano letivo pode ser paga de uma só vez, no ato de matrícula/inscrição ou em dez prestações mensais, sendo a primeira devida no ato da matrícula/inscrição e as restantes, entre outubro e junho (inclusive).

- No ato de matrícula/inscrição, o estudante também deve pagar o seguro escolar e a taxa de matrícula (€100,00).

11. Critérios

DOUTORAMENTO EM ECONOMIA

Os candidatos são avaliados e ordenados de acordo com o valor do seguinte índice:

Índice = (classificação média da licenciatura, na escala de 0 a 20 valores) × p + (entre 0 e 2 valores por frequência e/ou conclusão de um curso de Mestrado ou Doutoramento) + (entre 0 e 2 valores por desempenho nos testes GRE/GMAT) + (entre 0 e 2 valores por apreciação do percurso académico e profissional)

Ponderação no curso de licenciatura (p):

- 1, na área de Economia;
- 0,8 nas áreas de Gestão, Engenharia e Matemática;
- 0,5, nas restantes licenciaturas.

Nota: A multiplicação de cursos não acumula pontos. No caso de acumulação de várias formações de 1º ciclo, aplica-se a situação mais favorável ao candidato.

Outros valores nas componentes do índice:

- Curso de Mestrado ou Doutoramento:
 - 2 valores, nas áreas de Economia, Gestão, Matemática, Informática e Engenharia;
 - 1 valor, nas restantes áreas;
 - 0 valores, na ausência de curso de Mestrado ou Doutoramento.

Nota: A multiplicação de cursos não acumula pontos. No caso de acumulação de várias formações de 2º ciclo, aplica-se a situação mais favorável ao candidato.

- GRE/GMAT (não obrigatório):
 - 2 valores, se a pontuação obtida no teste se situa no último quartil;
 - 1 valor, se a pontuação se situa no 3º quartil;
 - 0 valores, nos restantes casos, incluindo os que não realizaram o teste.

- **Apreciação do percurso académico e profissional:**

- são relevados os anos de experiência profissional, a experiência de investigação (e.g., comunicações em conferências académicas, participação em projetos e equipas de trabalho de natureza científica), e as publicações científicas;
- valoriza-se neste item a experiência internacional entendida como experiência de estudo ou trabalho num país diferente dos países de origem e de residência habitual.

Independentemente da classificação obtida no Índice anterior, poderão os candidatos ser imediatamente excluídos por falta de mérito absoluto das candidaturas ou, em sede de apreciação desse mérito absoluto das candidaturas, a Comissão Científica poderá proceder à realização de entrevistas.

Entende-se por mérito absoluto, classificações iguais ou superiores a 14 valores na licenciatura e mestrado ou equivalente legal, formação de base adequada e competências ao nível da língua inglesa.

A entrevista não é considerada para efeitos de cálculo da nota final de candidatura, sendo apenas um modo de verificação do mérito absoluto do candidato. As entrevistas poderão ser presenciais ou por videoconferência e serão realizadas em língua inglesa.

Critérios de desempate:

Em caso de empate terão preferência os candidatos com classificação mais elevada no GMAT. Prevalecendo o empate, terão preferência os candidatos com classificação mais elevada no percurso académico e profissional.

DOUTORAMENTO EM GESTÃO

Os candidatos poderão ser excluídos em mérito absoluto se não demonstrarem competências ao nível da língua inglesa. Será considerado comprovativo suficiente dessas competências: o candidato ser nativo de língua inglesa ou ter vivido em país de língua inglesa, ter feito dissertação de mestrado em inglês, ter frequentado uma licenciatura ou mestrado lecionados integralmente em língua inglesa ou ser titular de uma das seguintes certificações: TOEFL (mínimo 80); IELTS (mínimo 6.5); FCE ou CAE; TOEIC (mínimo 605).

Ainda para apreciação do mérito absoluto da candidatura, e exclusivamente para este efeito, a Comissão Científica poderá proceder à realização de entrevista presencial ou telemática, que decorrerá exclusivamente em língua inglesa, e será convocada por correio eletrónico enviado para o endereço indicado pelo candidato no boletim de candidatura online.

CrITÉRIOS de seriação:

CrITÉrio A: Formação ao nível do 1º ciclo

$$A = cl \times p \times f$$

em que:

cl é a classificação da licenciatura numa escala 0/20. Se não for possível verificar ou determinar essa classificação, será atribuída uma classificação de 10 valores.

p = 1 nas áreas da Gestão (ou nas áreas de especialidade em Gestão), Economia;

p = 0,9 para Engenharia, Matemática, Psicologia e Sociologia;

p = 0,75 nas restantes áreas.

f = 1,2 se a Universidade/Instituição de Ensino Superior (IES) onde a licenciatura foi obtida estiver no top 500 da versão mais recente do *Times Higher Education World University Ranking* e/ou se o grau tiver sido obtido numa instituição com "Tripla Acreditação" (acreditações EQUIS, AACSB e AMBA).

f = 1,1 se a Universidade/IES estiver posicionada entre 501-1000

f = 1,0 se a posição da Universidade/IES entre 1001-1500

f = 0,8 se a posição da Universidade/IES for superior 1501

f = 0,6 se a Universidade/IES não constar do Ranking

CrITÉrio B: Formação ao nível do 2º ou 3º ciclos

$$B = b \times p \times f$$

em que:

b = 20 se o estudante tiver um doutoramento concluído;

b = 18 se o candidato tiver concluído a parte curricular de um doutoramento; ou se tiver concluído um mestrado;

b = 12 se o estudante tiver concluído a parte curricular de um mestrado;

b = 0 nos restantes casos.

p = 1 se a formação de 2º/3º ciclo for em Gestão (ou nas áreas de especialidade em Gestão) ou em Economia;

p = 0,75 se noutras áreas.

f conforme descrito para o critério A

Critério C: Curriculum científico

Ao parâmetro C serão atribuídas as seguintes classificações:

- Entre 14-20 pontos, se o candidato for autor de trabalhos científicos publicados em revistas indexadas no ranking ABS (AJS);
- Entre 12-16 pontos se o candidato for autor de outras publicações (nomeadamente artigos não indexados no ranking ABS (AJS), livros, capítulos de livros, ou ainda artigos apresentados em conferências), desde que em áreas da gestão ou economia;
- Entre 10-14 pontos se o candidato for autor de outras publicações (nomeadamente artigos não indexados no ranking ABS (AJS), livros, capítulos de livros, ou ainda artigos apresentados em conferências) noutras áreas científicas;
- 10 pontos nos restantes casos.

Critério D: Motivação

Se o estudante declarar, em carta submetida juntamente com o processo de candidatura, e sob compromisso de honra, a intenção de se dedicar, em exclusivo, ao Programa de Doutoramento, será atribuída uma majoração de 10% (i.e., $D=10\%$).

Critério E: Majoração GMAT

A pontuação obtida de acordo com os critérios anteriores, poderá ser majorada tendo em conta a pontuação do candidato tenha obtido no GMAT. Assim, essa majoração será:

- **E** = 25%, se a pontuação obtida no GMAT se situa acima de 650;
- **E** = 10%, se a pontuação no GMAT se situa entre 600 e 650, inclusive;
- **E** = 0%, nos restantes casos, incluindo os que não realizaram o teste.

Classificação Final (CF)

$$CF = (0,4 A + 0,4 B + 0,2 C) \times (1+D) \times (1+E)$$

Critério de exclusão: serão excluídos os candidatos que não obtenham uma classificação final (CF) de, pelo menos, 14 pontos.

Critérios de desempate:

- 1.º Classificação obtida no GMAT;
- 2.º Se o empate persistir será tido em conta as classificações obtidas pelos candidatos no critério C (Curriculum Científico);
- 3.º Se o empate persistir será tido em conta as classificações obtidas pelos candidatos no critério B (Formação ao nível do 2º ou 3º ciclos);
- 4.º Se o empate persistir será tido em conta as classificações obtidas pelos candidatos no critério A (Formação ao nível do 1º ciclo);
- 5.º Se o empate persistir terá prioridade o estudante que mais cedo tiver apresentado a sua candidatura.

12. Glossário**Estudante internacional**

De acordo com a legislação em vigor na data do Edital:

“1 — Para os efeitos do disposto no presente diploma, estudante internacional é o estudante que não tem a nacionalidade portuguesa, sem prejuízo do previsto nos números seguintes.

2 — Não se considera estudante internacional, para os efeitos do disposto no presente diploma, quem se encontrar em qualquer uma das seguintes situações:

a) For nacional de um Estado-Membro da União Europeia ou nacional de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu;

b) For familiar de nacional português, de nacional de outro Estado-Membro da União Europeia ou de nacional de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, independentemente da sua nacionalidade;

c) Não sendo nacional de um Estado-Membro da União Europeia, nem de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, e não estando abrangido pela alínea anterior, residir legalmente em Portugal há mais de dois anos, de forma ininterrupta, em 1 de janeiro do ano em que pretende ingressar no ensino superior, bem como os seus filhos que com ele residam legalmente, sem prejuízo do disposto no n.º 4;

d) For beneficiário, em 1 de janeiro do ano em que pretenda ingressar no ensino superior, de estatuto de igualdade de direitos e deveres concedido ao abrigo de tratado ou de acordo internacional celebrado entre o Estado Português e o Estado de que é nacional...

.....”

4 - No caso previsto na alínea c) do n.º 2, o tempo de residência com autorização de residência para estudo apenas releva durante o período em que o estudante se encontre a frequentar o ensino secundário em Portugal.

“Não estando abrangidos pelo Estatuto de Estudante Internacional os “familiares de portugueses ou de nacionais de um Estado membro da União Europeia ou de nacionais de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu”, entende -se por “familiar” o conceito previsto na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 20/2025, de 18 de março, ao Decreto-Lei n.º 36/2014 de 10 de março, designadamente:

i) O cônjuge de um cidadão da União;

ii) O parceiro com quem um cidadão da União vive em união de facto, constituída nos termos da lei, ou com quem o cidadão da União mantém uma relação permanente devidamente certificada, pela entidade competente do Estado membro onde reside;

iii) O descendente direto com menos de 21 anos de idade ou que esteja a cargo de um cidadão da União, assim como o do cônjuge ou do parceiro na aceção da sublínea anterior;

iv) O ascendente direto que esteja a cargo de um cidadão da União, assim como o do cônjuge ou do parceiro na aceção da sublínea ii);

- Quando um estudante tenha duas ou mais nacionalidades e uma delas for portuguesa, só esta releva.

- Caso o estudante com duas ou mais nacionalidades, em que não se inclua a nacionalidade portuguesa, tenha nacionalidade de outro Estado Membro da União Europeia (ou de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu) e de um Estado extracomunitário, poderá optar por uma delas.

- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os estudantes que ingressem no ensino superior ao abrigo do disposto no presente diploma mantêm a qualidade de estudante internacional até ao final do ciclo de estudos em que se inscreveram inicialmente ou para que transitem, mesmo que, durante a frequência de qualquer desses ciclos de estudos, lhes venha a ser concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres ao abrigo de tratado ou de acordo internacional celebrado entre o Estado Português e o Estado de que são nacionais.

- Excetuam-se do disposto no número anterior os estudantes internacionais que adquiram a nacionalidade portuguesa, a de outro Estado-Membro da União Europeia ou a de um Estado Parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

- A cessação da aplicação do estatuto de estudante internacional em consequência do disposto no número anterior produz efeitos no ano letivo subsequente à data da comprovação da aquisição da nacionalidade.”

O Diretor

(Professor Doutor Óscar João Atanázio Afonso)